

| 217 | O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O TURISMO: DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

Paulo de Assunção

Resumo

Este artigo visa a apresentar aspectos da interdependência entre o planejamento turístico e o planejamento urbano. Em se considerando o crescimento da atividade turística e das cidades, questões correlatas à necessidade da preservação do patrimônio natural e cultural emergem com intensidade nos estudos mais recentes. Por conseguinte, é importante analisar o processo como os seres humanos estabelecem suas relações com o ambiente em que vivem e com o patrimônio herdado dos antepassados. A identidade do lugar passou a ser um elemento que diferencia cada vez mais as cidades e os produtos turísticos, sendo necessário entender a função pública do espaço urbano e da paisagem. Neste sentido, procuramos destacar como ocorre a relação homem com a natureza na cidade, enfatizando o jardim como ideia mítica de um paraíso perdido e o seu uso no contexto da atividade turística.

Palavras-chaves: turismo, urbanização, preservação, patrimônio, cidades

Introdução

Pensar o turismo, em especial num contexto urbano, não é algo fácil de ser empreendido, pois a maioria da população que vive nos grandes centros não consegue perceber os atrativos que as cidades oferecem. A proximidade, as contradições urbanas, o convívio diário, a circulação rápida, bem como uma sociedade complexa impedem, por vezes, os seus habitantes de questionarem sobre a sua própria cultura e de se aperceberem dos espaços verdes existentes e disponíveis. (Coelho Neto, 1993, pp. 48-56) Questionar como se processou a formação da cidade e seu patrimônio, conhecer sua arquitetura, seus símbolos, suas manifestações artísticas e culturais e compreender o fenômeno turístico parecem ser tão importantes quanto questionar a relação do homem com a natureza.

Turismo é caracterizado por uma estrutura transversal articulada a diversos setores da economia, ou seja, ele possui ligação com diversos segmentos interferindo e sendo afetado por eles, conferindo a esta atividade uma natureza multidimensional e multifacetada. (Acerenza, 2002) Desta maneira, os governos têm guindado o Turismo a um plano político, elaborando estratégias para melhorar a qualidade dos serviços nesse setor, dando novos rumos à utilização insuficiente do potencial turístico de algumas regiões. Doris Ruschmann, ao analisar a atividade turística sustentável, destaca que novas frentes do turismo podem ocasionar impactos ambientais, tornando o planejamento uma necessidade para o desenvolvimento equilibrado. A autora destaca que *é indispensável estimular o desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo, se não houver equilíbrio com o meio ambiente, a atividade turística comprometerá a própria sobrevivência.* (Ruschmann, 1997, p. 49)

O desenvolvimento econômico e a modernização das sociedades não foram homogêneos e podemos evidenciar que em algumas áreas a falta de sincronismo entre o desenvolvimento do turismo e a capacidade de carga gerou problemas graves. O fato é que o turismo causa impactos diretos na sociedade, sendo responsável por mudanças de estilo de vida, interferindo na identidade coletiva das cidades. Por decorrência, é necessário um planejamento urbano adequado e que permita equacionar as vantagens e os riscos do desenvolvimento turístico. Conforme observa Larkham: *O sistema de planejamento deve assegurar que o crescimento econômico seja capaz de prover a população com trabalho e moradia, de uma maneira que respeite a capacidade de seu meio ambiente e outros interesses conservacionistas.* (Larkham, 1996, pp. 12-13)

Deve-se ter em conta que o setor turístico, no decorrer de seu processo evolutivo, demonstrou uma capacidade de mutação e adaptação às novas demandas e exigências da sociedade, atendendo aos mais distintos interesses. Isto implicou considerar o patrimônio cultural e natural como elementos estratégicos dos grandes projetos turísticos, fatores que cada vez mais se apresentam como fundamentais. A nova ordenação do mundo do trabalho, a redução das jornadas de trabalho, o aumento do tempo livre, a melhoria do

nível de vida da população em geral e a globalização das comunicações e dos transportes são elementos importantes a serem considerados quando se discute as alterações sofridas pela atividade turística.

Muitas cidades tiveram um crescimento marcado pela ocupação não planejada, fruto de realidades socioeconômicas desiguais, o que permitiu um processo de urbanização pouco homogêneo o qual é identificável nas diferentes espacializações encontradas no Brasil e em outras partes do mundo. A degradação do espaço público é também um reflexo da fragmentação das identidades e da perda de valores da cidadania. Com bem salienta Elisabeth Telfer, o homem se exprime socialmente em espaços públicos. É neste espaço que os seres humanos revelam a sua ligação com a sociedade, compartilhando culturas, saberes e normas. (Telfer, 2004, p. 12) Margarita Barreto, por sua vez, ao analisar as transgressões dos espaços públicos, ressalta como estas áreas têm sido associadas à insegurança urbana, ao aumento dos índices de violência e à falta de atenção do poder instituído. (Le Goff, 1988) Para a autora, é fundamental *repensar os grandes conglomerados urbanos, partindo, de um planejamento que tome em conta as necessidades humanas*. (Barreto, 1999, p. 52)

Nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, dentre outras capitais mundiais, as políticas urbanas empreendidas no decorrer do século XX, momento em que o desenvolvimento das cidades se acelerou, revelam que as espacializações foram desiguais e contrastantes. Vários fatores influenciaram nesse processo: especulação imobiliária, falta de planejamento e controle das políticas públicas, dentre outros. Nesta cadência, o desenvolvimento capitalista contribuiu para dessacralizar a natureza, criando espaços hiper-reais para atender ao imaginário do homem contemporâneo.

No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, enquanto algumas regiões destas cidades evidenciam infra-estruturas e equipamentos urbanos adequados, em outras preponderam a ausência destes, não atingindo as condições satisfatórias para os cidadãos que habitam tais localidades. A precariedade do abastecimento de água, do saneamento básico, da iluminação pública, a falta de acesso às redes de transporte coletivo, a falta de segurança

são exemplos claros das diferenças urbanas, reflexo de desigualdades sociais mais profundas e da falta de um planejamento estratégico mais atento aos problemas sociais. (Simão, 2001, p. 43)

O processo de urbanização desenfreado que se intensificou no decorrer do século XX, principalmente nas últimas décadas, foi marcado por um desenvolvimento contraditório e incongruente, influenciado pela especulação imobiliária, ganhando contornos mais acentuados com a distribuição desigual da renda e o desemprego, na maioria dos países. (Bosquet, 1980) Como bem ressaltou Fernando Chueca Goitia:

A transformação é incongruente porque o ritmo de crescimento é muito superior à capacidade de previsão das autoridades, de assimilação dos problemas, de obtenção de créditos suficientes para levar a cabo as reformas de fundo, que são as que ajudam a criar novas estruturas eficazes, sem malbaratar o dinheiro em reformas eventuais e de circunstância. (Goitia, 2003, p. 170)

Deve-se ainda considerar que o intenso fluxo migratório para a cidade contribui para a deterioração de antigos bairros proletários, e para a formação de novos espaços, marcados pela segregação espacial. A cidade, como forma civilizada de convívio coletivo apresentou-se como a expressão da somatória da existência, seja física ou espiritual, dos cidadãos que a habitavam. As diferenças entre o meio rural, onde a dispersão prepondera, e meio urbano, onde a concentração vigora, são evidentes. A paisagem indica diferenças claras e contrastantes e permite identificar diferentes categorias estéticas do espaço. Cada cidade possui um ambiente natural específico, devido à sua localização, ao seu crescimento e à sua história moldada pela ação humana.

O crescimento desordenado permitiu que progressivamente fossem se apagando os traços da natureza e do patrimônio construído nos séculos anteriores, permitindo que somente alguns vestígios sobrevivessem. Apenas fragmentos da natureza e da cultura material de um passado esquecido e por vezes desprezado. Descompassos que interferem diretamente na vida da cidade e na sua imagem e que levam a discutir a questão do patrimônio natural e cultural e a possibilidade do seu uso pelo turismo.

A cidade, no seu processo de evolução, acabou por privilegiar alguns aspectos estéticos e

cenográficos, deixando as dimensões históricas e culturais para um segundo plano, o que acarretou um prejuízo à memória social. A lógica do capitalismo na sua velocidade absurda fez que o desenvolvimento e a exploração do espaço desprezassem o que Eduardo Yázigí chama de a “alma do lugar”. (Yázigí, 2002a)

A “alma do lugar” implica a consideração da natureza e a intervenção que os seres humanos fizeram nela para poder sobreviver no decorrer dos séculos. Os desmedidos interesses financeiros de alguns projetos imobiliários e turísticos colocaram em risco o uso do espaço coletivo. A exploração de cidades e regiões por interesses turísticos, sem um planejamento adequado, fez que ocorresse um processo acentuado de descaracterização arquitetônica, causando prejuízos significativos ao patrimônio material. Quando voltamos os olhos para o espaço natural, percebemos que o dano é ainda maior, pois na maioria das vezes, a paisagem e o patrimônio natural não foram respeitados. A natureza que outrora dominava o espaço foi destruída para que um tecido urbano fosse urdido. Principalmente nas cidades, os homens tentaram controlar e apreender a natureza em verdadeiros “jardins”, enquanto uma massa de edifícios era construída. Não podemos esquecer que o crescimento pressupõe um planejamento adequado, o que implica afirmar que os interesses econômicos devem estar em consonância com o bem-estar social e com o meio ambiente. Como afirma Doris Ruschmann, *o planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. Para Ruschmann, o meio ambiente constitui um elemento fundamental do turismo. Não se pode negar que a motivação de muitos turistas é a possibilidade de contato com a natureza. Muitos alimentam o desejo de entrar em contato com uma natureza e, por decorrência, a idéia de proteção dos espaços naturais e existência de serviços e equipamentos oferecidos passa a ser alvo de discussão. O turismo pode causar impacto à natureza e à cidade, promovendo mudanças e alterando parâmetros.* (Ruschmann, 1997, p. 10)

Cada vez mais as cidades precisam oferecer aos seus habitantes espaços de convivência, integração e lazer que garantam uma qualidade de vida conveniente. Neste sentido, a

discussão dos usos dos espaços faz parte de um processo importante na construção da consciência coletiva. Jacques Le Goff, na sua obra *Por amor às cidades*, analisa o papel das cidades, considerando os impactos que a concentração urbana pode causar. Para ele, é fundamental que os homens se apercebam da necessidade de se recuperar a função pública das cidades. Estas são palcos para o exercício da cidadania, espaços de convivência e de cultura, lugares de formação e informação, local de criatividade e de diálogo. Como bem destaca o autor, a cidade é portadora de uma idéia de inovação e criação na sua função cultural. Enquanto local de circulação, a cidade pressupõe um *novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro*. (Le Goff, 1988, p. 28) Nesta linha de pensamento, o estudioso entende que a cidade do século XXI se recria e deve ser capaz de *conceber novos encontros que irão renovar sua sedução*. (Le Goff, 1988, p. 163)

Consideramos que a linguagem arquitetônica da cidade é marcada por uma multiplicidade de nuances devido ao seu processo histórico e à disposição que os elementos internos e externos estabeleceram entre si. Os esquemas volumétricos das edificações e as relações entre eles nem sempre constituem uma situação harmônica, dando à composição do conjunto uma nuance particular na medida em que os espaços preenchidos se contrapõem aos espaços vazios e, nestes, a possibilidade de surgir pequenas brechas para a natureza. A cidade é um ser dinâmico e mutante que se recria com novas roupagens, novas leituras, inclusive do mundo natural.

A imagem sobre a natureza é carregada de crenças, valores, mitos e símbolos que a sociedade construiu socialmente no decorrer dos séculos. Para o pensamento cristão ocidental, a ordem do meio natural, ou do Universo criado, esteve diretamente ligada à estruturação de uma sociedade ordenada. O mundo natural foi entendido como decorrência do ato autoritário primordial do Criador, que instaurou a existência do meio natural. A criação do Mundo por Deus na sua diversidade de espécies, tinha como objetivo dar condições para a existência humana, de fato um ato planejado.

A natureza atendia à necessidade de sobrevivência humana, cabendo aos homens

preservá-las, uma vez que Deus colocou suas criaturas num *paraíso de delícias, para que o cultivasse e guardasse*. Conforme observa Feuerbach, o princípio supremo do judaísmo, que é o utilitarismo, identificava os elementos naturais como *um mero meio para o fim do egoísmo um mero objeto da vontade*. Desta forma, o mundo natural para o hebreu é *o produto de uma palavra ditatorial, de um imperativo categórico, de um decreto mágico*. (Feuerbach, 1988, p. 156)

A quebra da ordem ideal, ou do convívio harmonioso, que os seres humanos compartilhavam com a natureza, foi rompida logo após o pecado original. (Franco Jr., 1992, p. 23) Com a expulsão do Paraíso (Jardim do Éden), foi permitido ao homem vislumbrar que a providência divina possuía o controle sobre os elementos naturais e poderia agir com fins punitivos, na medida em que interviria para causar a degeneração da terra. O pecado original estabeleceu a consciência humana na distinção entre o Homem e a Natureza. O homem era expulso do paraíso e lançado num mundo natural onde havia a preponderância de um meio selvagem, não-cultivado, portanto, negativo, com o qual teria que guerrear para sobreviver; a relação de harmonia deixava de existir, sendo substituída pelo temor. (Heinberg, 1991, p. 5) A natureza tornou-se uma barreira hostil aos desejos de sobreviver. O poder sobre o mundo natural significava, em outras palavras, uma luta contínua contra o meio selvagem, para que este fosse dominado e conquistado, ou seja, cultivado, residindo neste ato boa parte do engenho humano. (Turner, 1990, p. 47) Revestida de um papel duplo, a concepção de natureza oscilou entre a fonte da vida e a possibilidade da morte, alvo de uma leitura mais utilitarista do que filosófica da natureza; como salienta Feuerbach, *o utilismo, que nada mais contém, nada mais expressa além do imperativo de não se fazer da natureza um objeto de pensamento, da contemplação, mas sim da utilização, do aproveitamento*. (Feuerbach, 1988, p. 158)

O homem jamais esqueceu a sua estada no Éden. Banido deste buscou nos períodos seguintes recuperá-lo ou redescobri-lo. Conquistar ou reconstruir um novo jardim para si. Neste sentido, o jardim se configurou como um símbolo da esperança e da salvação. Um paraíso terrestre ou *um paraíso de delícias*. Uma imagem idealizada, que passou a ser constante na imagética ocidental.

O ambiente natural modificado pela atuação humana permitiu a construção de uma obra permanente que é a paisagem em que vivemos. (Levi-Strauss, 1996, pp. 322-323) Em específico, a paisagem urbana constrói-se lentamente a partir da ocupação dos espaços livres, que vão sendo incorporados à cidade contemporânea, alterando marcos e referenciais que implicam a alteração dos referenciais. (Landim, 2004, pp. 28-39) Podemos afirmar que o ser humano empreendeu ações no mundo natural para atender às suas necessidades e inquietudes da sua existência. No decorrer dos anos, o ser humano destruiu consciente e inconscientemente a natureza para suprir a sua existência. Paulatinamente, a natureza era conduzida ao suicídio e o homem se distanciava na interação íntima que possuía com ela, principalmente nas metrópoles.

A paisagem urbana passou a ser a composição dos espaços construídos com os espaços livres. Como nos últimos anos o crescimento das cidades foi intenso, o espaço construído avançou sobre os espaços livres, promovendo uma agressiva transformação da paisagem natural. Conforme observa Silvio Soares Macedo, a paisagem é *a expressão morfológica de um determinado tempo, do processo constante de ação dos seres vivos sobre os diversos pontos do planeta associado ao movimento contínuo das diferentes estruturas geológicas e águas*. (Macedo, 1994, p. 54) O espaço físico natural recebeu a intervenção humana, numa dinâmica de destruir e construir. Movimento nem sempre perceptível aos olhos humanos, habituados as transformações rápidas. A presença de elementos naturais no ambiente urbano não significou a manutenção da natureza no seu estado primitivo. Os elementos naturais que sobreviveram eram de fato o produto de uma paisagem natural, ao mesmo tempo artificial, produzida pelo homem. Uma recriação concebida para a sedução.

Os jardins ilustram esta relação do homem com a natureza. Na maioria deles, a natureza aparece dominada, sob as mais diversas formas. Os jardins monumentais constituem cenários para a vida humana. A cidade fez que o homem se distanciasse da relação mais profunda com a natureza, criando imagens edênicas que remetiam ao paraíso perdido.

O homem procurou capturar fragmentos desta natureza no jardim, a fim de preservar um sistema ecológico reduzido, principalmente sedutor. De certa maneira, o jardim constitui o

lugar possível da natureza no espaço da cidade. Lugar de reunificação do homem e das coisas naturais. O jardim é a natureza permitida pelo gesto humano construtivo. Configuração fabricada da natureza pelas práticas humanas, ou seja, o resultado da apropriação e transformação do meio natural pelo homem. O jardim pode ser visto também como a resistência do mundo natural aos enfrentamentos que a sociedade contemporânea impôs. Ao modelar a cidade, definiam-se as paisagens e nem sempre o senso estético privilegiou a natureza. As áreas verdes são preservadas como pedaços do mundo natural. Esta relação de homem-natureza foi denominada por Moscovici, como “naturalismo-relativo”, ou seja, o movimento de proteger a natureza implica a segregação do espaço natural em pequenos fragmentos, de forma que o homem moderno possa admirá-la. (Moscovici, 1977)

O jardim, lugar de encontro e reencontro, permite a fuga da vida caótica das cidades e por vezes se constitui como um refúgio natural. A paisagem moderna é paradigmática na relação arquitetura-natureza, na sua relação de continuidade e descontinuidade. O jardim é a forma ordenada da natureza possível no meio urbano. A desordem do mundo natural é desconcertante para a cidade, que rapidamente destruiu a natureza para atender as suas necessidades de sobrevivência. O jardim, imitação da natureza, triunfou nos limites do possível nas áreas urbanas. Na realidade, a cidade contemporânea permitiu que os jardins se transformassem em *cenários da natureza*, cercada de uma arquitetura que revela o alto grau de desenvolvimento tecnológico da sociedade. Tal como o turista, o morador das cercanias de um jardim público pode contemplar, por meio do vidro das suas janelas, a natureza domada, pronta para consumo e deleite estético.

O jardim emerge assim no âmbito da cidade como um lugar lúdico de prazer que remete à união com um tempo perdido. Nesse sentido, o homem adapta o mundo natural a uma realidade que atenda aos seus desejos. O jardim é assim uma cópia cultural da natureza, ou seja, a natureza desnaturalizada, na qual o homem procura encontrar por vezes o seu paradigma perdido. Da mesma forma, os Jardins se afirmaram como espaços de lazer e de encontro, principalmente nas cidades em que a falta de estrutura é acentuada. São espaços

que cumprem uma importante função social e que constituem marcos de identidade local. Conforme observa Pompeu de Carvalho, o lugar faz parte da essência humana. Neste sentido, o turismo, é visto *como aquela atividade em que se processa e se intensifica a realização de uma essência humana, de uma realização do homem com a humanidade através de espaços tempos mais amplos, mais diversos.* (Carvalho, 2002, p. 109)

Esta situação limítrofe do jardim, como um lugar cultural e natural, permite discutir como o homem vivencia esta interação. Nas cidades modernas, onde cada vez mais a dinâmica urbana é frenética, o jardim passou a ser um lugar onde é possível ter uma tranquilidade pouco comum. Uma composição natural criada pelo homem, para que este possa usufruir do espaço como local de interação com o momento primordial. Espaço que pode ser o lugar de tudo e do nada.

O jardim permite que o ser humano usufrua de um contato com a natureza dentro da urbanidade. Prazer com que alguns moradores dos grandes centros urbanos podem contar, bem como os turistas que encontram no local uma estrutura de relação dos habitantes com o mundo natural. As grandes metrópoles da América são marcadas pelo crescimento vertiginoso e caótico, mesclando modernidade com problemas urbanos antigos. A alta concentração populacional contrasta com a falta de espaços abertos como praças e jardins. O avanço das metrópoles fez que a incorporação de áreas verdes fosse feita de forma irregular, não levando em consideração os ecossistemas locais. Sem dúvida, a preservação dos jardins e de áreas verdes nos grandes centros urbanos dependente de políticas governamentais de preservação e recuperação do meio ambiente. Sem medidas políticas e administrativas não é possível preservar.

Na atualidade, observamos que o desenho urbano tem sofrido variações marcantes, causando preocupações, estas não preponderam. O processo de construção da cidade revela que o caráter artístico sofreu um empobrecimento estético. A uniformização, tendência observada nas últimas décadas, revela um olhar voltado para a repetição de modelos idealizados, na maioria das vezes individualista e segregacionista.

Podemos afirmar que o homem procura a harmonia discreta da sua identidade no meio natural. Nos jardins os valores mais nobres podem ser atingidos. As oposições podem ser harmonizadas. O homem pode atingir a sua totalidade e perceber os seus limites. A cidade com suas construções e áreas verdes, em especial os jardins, constituem um elemento chave para a compreensão da cultura de uma sociedade. A relação do espaço habitado com o espaço natural, de maneira equilibrada, permite questionar como o homem é capaz de harmonizar o crescimento material e a sua necessidade de preservação. Questões que são postas por moradores e visitantes da cidade.

Espectador da natureza, o homem encontra o equilíbrio no mundo natural e este universo pode se constituir em elemento útil para o turismo. A procura por locais paradisíacos constitui hoje uma parcela importante da atividade turística mundial. O homem alimenta a utopia de poder contemplar e interagir com uma paisagem natural, mesmo que esta seja uma paisagem normalizada. A imagem do Jardim do Éden é ainda presente no horizonte mental dos turistas contemporâneos; neste movimento, a busca por espaços naturais e jardins demonstra que o homem procura o reencontro com a plenitude da vida.

Os impactos da atividade turística sobre o meio ambiente são muitas e podem determinar a prosperidade ou não do setor. Além disso, um planejamento inadequado pode vir a comprometer a existência de uma cidade, quando não se considera o meio ambiente, pois dele provêm os recursos necessários para o desenvolvimento de uma sociedade. A idéia de fazer bom uso do espaço faz parte de uma política de conservação dos recursos para que todos possam desfrutar hoje e amanhã. O desenvolvimento turístico sem degradação ou esgotamento dos recursos é possível, desde que o planejamento urbano tenha sido concebido de forma adequada.

Nos dias atuais, a valorização de bens, que representam referências culturais ou naturais, faz a diferença, diante de um mundo em que a padronização está cada vez mais presente. A cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, é um dos exemplos significativos no

que tange à questão de pensar as áreas ociosas e as áreas de lazer. A administração pública, por meio de planejamentos urbanos, conseguiu resultados favoráveis nos espaços desocupados, transformando-os em área de lazer, ao mesmo tempo em que valorizaram a cultura dos povos que formaram a cidade.

O planejamento urbano de Curitiba, seguindo princípios modernistas, fez que o crescimento da cidade levasse em conta o lugar e as forças dos agentes envolvidos. Desta maneira, jardins e parques foram concebidos a fim de reforçar o caráter comunitário de tais espaços. Além disso, estas áreas foram criadas partindo do pressuposto que os usuários, moradores e visitantes, fossem responsáveis pela conservação do local. Ao Estado cabia a manutenção dos limites físicos e dos equipamentos públicos de fins culturais ou de outros monumentos de caráter simbólico, cujo sentido era servir de foco de atração para a comunidade e para os turistas.

Uma ocupação verticalizada prolifera-se atendendo à demanda imobiliária no entorno do Jardim Botânico de Curitiba. Concomitantemente, o espaço verde do Jardim se constituiu como um atrativo turístico de Curitiba, verdadeiro cartão postal de uma cidade em que o planejamento urbano tem obtido resultados satisfatórios. Enfim, podemos afirmar que o caso de Curitiba atende o que Doris Ruschmann chamou de uma relação sustentável do turismo nos espaços naturais. Como destaca a autora:

Uma boa gestão territorial envolve o reconhecimento e o estabelecimento dos limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento. A nova tendência do turismo nos espaços naturais associa-se, principalmente, à rarefação dos espaços pouco poluídos e dos preservados. Inversamente, quando uma localidade turística natural passa a ser massivamente freqüentada, ela passa a ter os equipamentos para atender a essa demanda e perde sua característica de turismo natural. O valor ecológico está associado ao valor da sua paisagem e, conseqüentemente, à sua atratividade turística. (Ruschmann, 1997, pp. 79-80)

Este resultado advém de políticas públicas que consideraram os vários atores sociais que compõem a cidade. O modelo turístico adotado foi adequado ao perfil da cidade, tendo como atrativo a relação equilibrada entre o espaço construído e o espaço natural. Um modelo de desenvolvimento turístico que obteve êxito na medida em que a percepção da

cidade foi considerada tanto para os moradores como para os turistas. A cidade passou a ser um cenário que proporciona vivências lúdicas, considerando o movimento da cidade e sua complexidade urbana e sócio-cultural. Além disso, não podemos deixar de destacar que, um planejamento que levou em conta o turismo sustentável, permitiu a valorização da natureza e, por meio dela, o reforço à cultura e às tradições daquela cidade.

No caso de Curitiba, o que se observa é que o nível de organização dos serviços públicos urbanos oferecidos à população e aos visitantes de Curitiba atende às necessidades dos moradores e do turismo. Os benefícios de um contato próximo com a natureza são somados àqueles como o de geração de emprego, espaços de lazer, conservação ambiental, dentre outros aspectos positivos.

Mediante estas evidências, entendemos que se faz premente a discussão sobre a reconstrução dos espaços e da relação do espaço habitado com a natureza. É preciso, então, pensar a viabilidade da transformação urbana, de maneira que ocorra a participação da comunidade e que reforce o sentimento de identidade, permitindo a continuidade dos valores culturais para as gerações seguintes. Abdicar de um comportamento consumista e capitalista que gere impactos nocivos para todos deve ser o objetivo da coletividade.

Em suma, podemos afirmar que é fundamental considerar o turismo como uma fonte importante de cultura. É preciso pensar e ampliar os estudos que colocam em evidencia a relação do turismo como a conservação do patrimônio natural e cultural. Não podemos nos esquecer de que a cidade e os jardins nos centros urbanos podem ser alvos de leituras multidisciplinares, envolvendo questões políticas, econômicas, sociológicas, técnicas, ecológicas, históricas, dentre outros aspectos. Por conseguinte, é fundamental abordar as propostas e estratégias políticas apropriadas para que o turismo tenha possibilidade de se desenvolver de maneira adequada.

Pensar a conservação de recursos naturais e a sua relação com o desenvolvimento da cidade e da atividade turística permite tornar compatível a utilização dos ambientes naturais de forma regrada. Somente por meio de um sistema integrado é que será possível

pensar o desenvolvimento sustentável. O planejamento adequado do espaço, no aspecto arquitetônico, urbanístico e paisagístico interfere nas práticas de um turismo responsável e qualificado. Sem dúvida, a continuidade dos Jardins do Mundo só será possível se for desenvolvida uma atitude de responsabilidade social, ecológica e turística.

Se por um lado o turismo pode garantir recursos abundantes imediatamente, por outro, é preciso pensá-lo de maneira apropriada. Por outro lado, devemos salientar que o jardim permite a melhoria da qualidade de vida na área urbana. Desta maneira, os grandes empreendimentos imobiliários, nos últimos anos, procuraram adquirir e efetivar projetos arquitetônicos no entorno de áreas verdes, em especial dos jardins. Estes locais, preservados por legislação municipal, que impede a alteração de uso, faz que os edifícios construídos no entorno adquiram valores mais elevados, altamente lucrativos para a indústria da construção civil. O jardim constitui uma paisagem acalentadora em meio a uma cidade onde a somatória de construções cria um aspecto desolador e por vezes caótico. A exploração inadequada da natureza deu ensejo ao esgotamento de alguns recursos necessários à sobrevivência humana. Após um longo período de exploração, o ser humano se apercebeu de que a própria natureza tem limites e que a destruição pode causar danos irreversíveis.

Desta maneira, pensar a interferência humana na natureza seja para o espaço da habitação, seja para o turismo, implica discutir de forma coerente a ação humana com o mundo natural, ou seja, discutir a própria essência do desenvolvimento sustentável num processo de mudança de valores. O ser humano corre o risco de levar uma vida toda na falsa ilusão de dominar o mundo natural e pensar que é capaz de conter espaços naturais possíveis nos centros urbanos. Contudo, a inexorável dinâmica da vida faz que o homem, após a sua finitude biológica, volte a ser contido, dominado pela natureza, dando início um novo ciclo.

Referências bibliográficas

- Acerenza, Miguel Angel. 2002. *Administração do Turismo*, Bauru, EDUSC. volumes 1 e 2.
- Adams, Betina. 2002. *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história*, Florianópolis, Editora da UFSC.
- Amorim Fo, O.B. 1987. "O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na Geografia". In: AMORIM Fo O.B.; CARTER H.; KOHLSDORF M.E. *Percepção Ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências-UFMG, publicação especial n.º 5, 1987, 42-54.
- Andrade, Jose Vicente de. 1992. *Turismo, fundamentos e dimensões*, São Paulo, Ática.
- Andranovich, Gregory D. e Riposa, Gerry. 1993. *Doing urban research*, London, Sage.
- Araújo, Silvana Miceli de. 2001. "Artifício e Autenticidade: O Turismo como Experiência Antropológica". In: BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETO, Margarida (orgs.). *Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica*, Campinas/São Paulo, Papirus.
- Assunção, Paulo de. 2003. *O Patrimônio*, São Paulo, Loyola.
- Balanzá, Isabel Milio; Nadal, Mônica Cabo. 2003. *Marketing e Comercialização de Produtos Turístico*, São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- Banducci, Alvaro & Barreto, Margarita. 2001. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*, Campinas, Papirus.
- Barbosa, Ycarim Melgaço. 2001. *O Despertar do Turismo: Um olhar crítico sobre os não-lugares*, São Paulo, Aleph.
- Barreto, Margarita. 1999. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*, Campinas/SP, Papirus.
- Barreto, Margarita. 2000. *Turismo e Legado Cultural*, Campinas, Papirus.
- Beni, Mário. 1998. *Análise Estrutural do Turismo*, São Paulo, SENAC.
- Berger, P. L. e LUCKMAN, T. 1999. *A construção social da realidade*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Bomfim, N. R. 2006. «O conceito de patrimônio numa perspectiva multidisciplinar: contribuições para uma mudança de enfoque». In: *Revista Turismo & Desenvolvimento*, São Paulo, vol. 5, n.1, 27-35.
- Boniface, Priscila. 1995. *Managing Quality Cultural Tourism*, London, Routledge.
- Bosquet, Michel. 1980. *Ecologia y Libertad*, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli.
- Bouinot, J; Bermils, B. 1995. *La gestion stratégique des villes*, Paris, A. Colin.

- Boullon, R. C. 1988. *Planificación del Espacio Turístico*, México, Trillas.
- Boyer, Marc. 1999. *Histoire du tourisme de masse*, Paris, PUF.
- Burns, Peter M. 2002. *Turismo e Antropologia: uma introdução*, Tradução: Dayse Batista, São Paulo, Chronos.
- Canclini, N. Garcia. 1998. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, Edusp.
- Canclini, N. Garcia. 1994. "O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional". In: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n^o. 23, 94-115.
- Carvalho, Pompeu F. de. 2002. "Patrimônio cultural e artístico nas cidades paulistas: a construção do lugar". In: YAZIGI e outros (orgs.) *Turismo, espaço, Paisagem e Cultura*, São Paulo, Hucitec, 100-113.
- Castro, Sonia Rabello. 1991. *O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento*, Rio de Janeiro, Renovar.
- Chambers, Erve. 1997. *Tourism and Culture*, Albany: State University of New York Press.
- Choay, F. 2001. *A alegoria do patrimônio*, São Paulo, Estação Liberdade/Unesp.
- Coelho Neto, J. Teixeira. 1993. *A Construção do Sentido na Arquitetura*, São Paulo, Perspectiva.
- Collot, Michel. 1990. "Pontos de vista Sobre a Percepção das Paisagens". In: *Boletim de Geografia Teorética*, vol. 20(39), 21-32.
- Cooper, Chris, et al. 2001. *Turismo, princípios e práticas*, Porto Alegre, Bookman.
- Correa, Roberto Lobato. 2003. *O espaço Urbano*, Rio de Janeiro, Ática.
- Dencker, Ada de Freitas Manetti. 1998. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*, 2 ed., São Paulo, Futura.
- Dias, Reinaldo. 2003. *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*, São Paulo, Atlas.
- Ferrara, Lucrécia D'Álessio. 2000. *Os Significados Urbanos*, São Paulo, Edusp.

- Feuerbach, Ludwig. 1988. *A Essência do Cristianismo*, Tradução de José da Silva Brandão, Campinas, Papirus.
- Franco Jr., Hilário. 1992. *Utopias Medievais*, São Paulo, Brasiliense.
- Fúster, L. F. "¿Una nueva geografía?" 1991. In: FÚSTER, L. F. *Geografía general del turismo de masas*, Espanha/Madrid, Alianza Editorial, 9-46.
- Goitia, Fernando Chueca. 2003. *Breve historia do Urbanismo*, Lisboa, Presença.
- Heimstra, Norman W. e McFarling, Leslie H. 1978. *Psicologia Ambiental*, São Paulo, Edusp/EPU.
- Heinberg, Richard. 1991. *Memórias e Visões do Paraíso*, Tradução de Octávio Mendes Cajado, Rio de Janeiro, Campus.
- Krinppendorf, Jost. 2003. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, 3ª ed., São Paulo, Aleph.
- Lakkof, G et Johnson, M. 1990. *Les métaphores dans a vie quotidienne*, Paris: Minuit.
- Landim, Paula. 2004. *O desenho de paisagens urbanas: as cidades do interior paulista*, São Paulo, UNESP.
- Laplante, M. 1992. "Le patrimoine en tant qu'attraction touristique: histoire, possibilites et limites" In: *Le patrimoine atout du developpement*, Lyon: Centre J. Cartier/ Preses Univ. de Lyon, p. 49 e ss.
- Larkham, P. 1996. *Conservation and The City*, London, Routledge.
- Le Goff, Jacques. 1988. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*, São Paulo, Unesp.
- Lévi-Strauss, Claude. 1996. *Tristes trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Macedo, Sílvio Soares. 1994. "Paisagismo e Paisagem Introduzindo Questões". In: *Paisagem e Ambiente – Ensaios V*, São Paulo: FAUUSP, 49-57.
- Marx, Murillo. 1980. *Cidade Brasileira*, São Paulo, Melhoramentos/Universidade de São Paulo.
- Moesch, Marutschka. 2002. *A produção do saber turístico*, São Paulo, Contexto.
- Moscovici, Serge. 1977. *Essai sur L'Histoire humaine de la nature*, Paris, Flammarion.
- Pires, Mário Jorge. 2001. *Lazer e turismo cultural*, São Paulo, Manole.

- Rémy, Jean e Voyé, Liliane. 1994. *A Cidade: rumo a uma nova definição*, Lisboa, Afrontamento.
- Richards, G. e Bonink, C. A. M. 1995. "European Cultural Tourism Markets". In: *Journal of Vacation marketing*, 1 (2), 173-180.
- Rodrigues, Adyr Balastreri. 2001. *Turismo e Espaço – rumo a um conhecimento transdisciplinar*, 3. ed. São Paulo, Hucitec.
- Ruschmann, Doris Van de Meene. 1997. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*, 3 ed. Campinas, Papirus.
- Santos, Milton. 1982. *A Urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis, Vozes.
- Santos, Milton. 1996. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, Hucitec.
- Santos, Milton. 1998. *O espaço do cidadão*, São Paulo, Nobel.
- Serrano, Célia; Bruhns, Heloísa e Luchiari, Maria Tereza. 2000. *Olhares contemporâneos sobre o Turismo*, Campinas, Papirus.
- Simão, Maria Cristina Rocha. 2001. *Preservação do patrimônio Histórico em Cidades*, Belo Horizonte, Autêntica.
- Telfer, Elisabeth. 2004. "A filosofia da "hospitalidade"". 2004. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (orgs.). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Tradução de Carlos David Szlak. Barueri/SP, Manole.
- Turner, Frederick. 1990. *O Espírito Ocidental contra a Natureza*, Tradução de José Augusto Drummond, Rio de Janeiro, Campus.
- Yázigi, Eduardo. 2002^a. *A alma do lugar – turismo planejamento e cotidiano*, São Paulo, Contexto.
- Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana Fani Alessandri; Cruz, Rita de Cássia da. 2002^b. *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*, 3. ed., São Paulo, Hucitec.